

# **O UNIVERSO DA SOCIEDADE CIVIL EM CAMPINAS: A FORÇA DE REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES POR MEIO DE SUA ATUAÇÃO EM CONSELHOS**

Orientando: Murilo Alves de Paiva, RA 185769

Orientador: Prof. Wagner de Melo Romão

Vigência 08/2021 a 07/2022

## **Resumo**

Os conselhos de políticas públicas são os principais mecanismos de participação social no Brasil. Considera-se que a participação de entidades da sociedade civil nos conselhos é parte de uma estratégia de atuação no contexto sociopolítico dos municípios. Esta pesquisa buscou identificar as entidades mais frequentes, compreender quais as estratégias de atuação destas entidades mais participativas no contexto sociopolítico do município e qual a importância da atuação nos conselhos para isso. Por meio de dados obtidos no *site* da Prefeitura Municipal de Campinas, busquei mapear as principais entidades a ocupar espaço nos conselhos. Posteriormente, por meio de entrevistas com membros dessas entidades, busquei compreender as relações e as motivações que levaram essas entidades a ocuparem os conselhos municipais.

## **1.Introdução**

Os conselhos de políticas públicas são os principais mecanismos de participação social no país, nos três níveis da federação. São órgãos colegiados que viabilizam a influência da sociedade civil nas políticas públicas, bem como o controle social sobre a ação governamental. Os conselhos - articulados a outras formas de participação social como as conferências, os orçamentos participativos, as mesas de diálogo e outras - são formas pelas quais se concretizou a previsão constitucional de participação da sociedade civil nos assuntos públicos (Romão, 2015). Tomando por base o ano de 1988, Gurza Lavalle e Barone (2015) mostram que a evolução geral da criação de conselhos nos municípios brasileiros responde a três padrões diferentes. Em primeiro lugar, temos conselhos praticamente universalizados no país, em áreas consideradas estratégicas pela Constituição de 1988 e com marco legal e indução federal. Isto ocorre nos setores da saúde (Lei 8142/1990 e demais normas), dos direitos da criança e do adolescente (Lei 8069/1990 e demais normas), na educação (Lei 9424/1996, Lei 14113/2020) e na assistência social (Lei 8742/1993). O segundo padrão é o de conselhos criados a partir do final dos anos 1990, mas de modo desigual e que não conseguiram atingir patamares próximos à universalização. Neste padrão, os autores incluem os conselhos de cultura, habitação, direitos do idoso e meio ambiente. Não há mecanismos fortes de indução, ao contrário do padrão anterior, como a transferência de recursos federais condicionada pela criação e funcionamento destes conselhos. Comparativamente, tratam-se de políticas menos estruturadas que as anteriores. O terceiro padrão traz uma expansão baixa e desigual no território brasileiro e corresponde à maior parte dos conselhos. São políticas como direitos humanos, esporte, juventude, direitos da pessoa com deficiência, LGBT, direitos da mulher, promoção da igualdade racial, política urbana, segurança e transporte. Estes conselhos ocorrem sobretudo em municípios com maior IDH e se caracterizam por abrigar políticas transversais e sem mecanismos de indução advindos do governo federal. De fato, as experiências de participação e controle social promovidas pelos conselhos guardam forte diversidade, consideradas as especificidades dos setores de políticas públicas. Porém, de maneira geral, na última década, a literatura se ressentiu de que o cumprimento das

expectativas democratizantes das quais os conselhos gestores são portadores não vinha sendo concretizada (Almeida, Tatagiba, 2012). As autoras identificam o seguinte paradoxo: “o baixo poder relativo dos conselhos vis-à-vis sua força como modelo de participação” e sugerem que é preciso fomentar mudanças na prática dos conselhos, reservando mais espaço para o exercício da política - no sentido do conflito e da negociação - em lugar da burocracia da gestão. Assim, a agenda de pesquisa que se coloca se relaciona a verificar as conexões dos conselhos com seu entorno, com as instituições, movimentos e organizações. Diz respeito também à hipótese de que o potencial dos conselhos em pautar a administração pública se conecta à sua capacidade - e de seus membros - de angariar apoios na sociedade civil e na sociedade política, sem desconsiderar as muitas interações possíveis entre os conselhos entre si. Este ambiente da participação social pode ser analisado de maneira vertical, no próprio segmento da política, nos níveis da federação. Mas também pode - e este é o nosso caso - ser escrutinado de maneira horizontal, no mesmo nível federativo. Mais que isso, ao se buscar conhecer o potencial político dos conselhos e de seus membros, deve-se considerar o mesmo ambiente político-institucional e político-societal. Deste modo, este projeto se articula a uma agenda de pesquisa que visa compreender o potencial de fortalecimento da intervenção pública dos conselhos, considerando para isso o seu entorno político-institucional e político-societal. Para isso, consideramos alguns elementos-chave: a) a capacidade de autofinanciamento dos conselhos, sua relação com fundos constitucionais ou infraconstitucionais, ou eventuais recursos orçamentários determinados pelo Legislativo; b) as capacidades estatais (Pires e Gomide, 2016) que sustentam as atividades dos conselhos e dos órgãos públicos vitais para a consecução de seus objetivos; c) o potencial dos conselhos em provocar e gerar experiências inovadoras de articulação entre setores de governo, promovendo transversalidade e intersectorialidade nas políticas públicas; e d) os mecanismos de interação, comunicação e mobilização dos conselhos para com a sociedade, considerando a representatividade da composição dos conselhos em determinado ambiente político-societal. Vale salientarmos que o presente projeto se situa em um momento político de ataque aos conselhos nacionais de políticas públicas, a partir de diversas medidas do governo federal. Entre elas, a mais impactante foi a edição do Decreto 9759/2019, por meio do qual a maioria dos conselhos nacionais foi extinta e depois foi recriada com mudanças substantivas em suas funções originais, expressiva diminuição da representação da sociedade civil e controle sobre quais organizações societárias seriam admitidas nos conselhos (Bezerra, Rodrigues, Romão, 2021). Não temos conhecimento, ainda, de trabalhos que tenham analisado eventuais impactos do Decreto e seus reflexos nos conselhos estaduais e municipais. Portanto, este projeto também desenvolveu-se neste cenário.

Os conselhos também são um importante pilar da participação democrática nas esferas governamentais, pois além de possibilitar que a sociedade civil articule-se para levar suas demandas e projetos, também possui abertura para movimentos sociais reivindicarem suas pautas e utilizarem ferramentas estatais, ampliando seus repertórios e pensando novas estratégias. Este trabalho contém, além da presente introdução, a metodologia utilizada para realização da pesquisa, seus resultados e conclusões.

## **2. Metodologia**

Inicialmente, realizamos o levantamento bibliográfico sobre participação e a relação entre atuação de entidades representativas em conselhos e sua força de representação. Em seguida, fiz o mapeamento de todos os conselhos e sua composição, trabalho realizado através de dados públicos obtidos em sites e páginas da prefeitura municipal de Campinas e das entidades que ocupam cadeiras nos conselhos. Posteriormente, identifiquei as entidades que destacam-se pela participação em mais de um conselho ou pela participação frequente em

debates e sua atuação. A etapa seguinte foi a das entrevistas semi-estruturadas, que apesar de não sair como o esperado inicialmente, permitiu uma compreensão inicial sobre quais os motivos de sua atuação nos conselhos e como isso pode fazer parte de uma estratégia de inserção nos debates políticos da cidade.

### **3. Resultados**

O trabalho de identificação dos principais atores dos conselhos municipais de Campinas foi realizado, sobretudo, através de levantamento via *sites* municipais ou das próprias entidades. A compreensão sobre as relações que estas entidades estabelecem com a esfera governamental e entre outras entidades, passa por compreender qual a composição dos conselhos de uma forma geral e a partir daí, identificar quais entidades ocupam o centro do debate da sociedade civil nos conselhos. O período analisado foi das composições dos conselhos entre 2020 e 2021.

#### **3.1 Os conselhos municipais de Campinas e suas entidades representativas**

Atualmente, a cidade de Campinas possui 42 conselhos municipais existentes, porém nem todos estão em funcionamento. No trabalho de mapeamento dos conselhos e de suas entidades representativas, primeiramente foi identificado todas as entidades atuantes nos conselhos em atividade.

##### **Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA**

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas – Adunicamp; Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo – Sindipetro; Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Comerciais e Mistos do Estado de São Paulo – SECOVI; Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo – Sinduscon; Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP; APROAPA – Associação dos Proprietários Rurais da APA de Campinas; Associação Reconvivência; Associação dos Proprietários Rurais do Bairro Pedra Branca; Cooperativa de Trabalho Assessoria Técnica e Extensão Rural e Meio Ambiente – AMATER; Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI; APAVIVA – Conexão Florestal; Associação de Educação do Homem de Amanhã – AEDHA; Associação Resgate o Cambuí; Cicloativo; Sindicato Rural De Campinas; OAB.

##### **Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas – CONGEAPA**

Associação dos Moradores Unidos do Bairro Carlos Gomes e Adjacências Associação Resgate o Cambuí; Associação dos Proprietários e Moradores do Jardim Botânico de Sousas; Associação de Moradores Voluntários de Nova Sousas; Sociedade Organizada pela Sustentabilidade – SOS; Associação dos Proprietários Rurais da APA de Campinas – APROAP; Sociedade Loteamento Colinas do Atibaia; Sindicato Rural de Campinas; Instituto Núcleo de Estudos da Relação Homem Natureza – NEHON; Associação dos dirigentes de estabelecimentos de gastronomia de Sousas e Joaquim Egídio – Adegas; Sindicato dos Arquitetos de Estado de São Paulo – SASP; Sociedade Campineira de Educação e Instrução Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC; Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente – AMATER; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Associação dos Amigos da APA de Campinas – APAVIVA; Associação Sustentabilidade Meio Ambiente – Assuma; Associação de Proteção Ambiental – Jaguatibaia.

### **Conselho Regulação e Controle Social das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES–PCJ**

Entidades Técnicas, Organizações da Sociedade Civil e de Defesa do Consumidor Relacionadas ao Setor de Saneamento Básico; Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA.

### **Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais**

Representantes de Entidades Protetoras dos Animais; Conselho Municipal de Meio Ambiente – Comdema.

### **Conselho Diretor do PSA Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais de Campinas**

Conselho Municipal de Meio Ambiente; Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

### **Conselho Municipal de Previdência – CAMPREV**

Não possui.

### **Conselho da Cidade de Campinas – CONCIDADE**

Não possui conselheiros na atual gestão, sendo disponibilizadas apenas as últimas gestões([Gestão 2018 / 2019](#); [Gestão 2016 / 2017](#); [Gestão 2014 / 2015](#)).

### **Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano**

Grupo Pró Urbe; Casa Hacker; Associação Do Residencial Padre Josino De Campinas; Seesp – Sindicato Dos Engenheiros No Estado De São Paulo; Associação Movimento Resgate O Cambuí; Habicamp Associação Regional De Habitação; Secovi Sindicato Das Empresas De Compra, Venda, Locação E Administração De Imóveis Residenciais, Comerciais E Mistos Do Estado De São Paulo; Sinduscon Sindicato Da Indústria Da Construção Civil No Estado De São Paulo; Aeac Associação De Engenheiros E Arquitetos De Campinas; Area Associação Regional De Escritórios De Arquitetura; Oab Ordem Dos Advogados Do Brasil 3ª Subseção De Campinas; Proesp Sociedade Protetora Da Diversidade Das Espécies: Ciesp Centro Das Indústrias No Estado De São Paulo; Asbea Associação Brasileira Dos Escritórios De Arquitetura De São Paulo.

### **Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência**

SORRI Campinas.

### **Conselho Municipal do Idoso**

Conselho Regional de Psicologia – Subsede Campinas; Associação dos Idosos de Campinas e Região; Associação dos Cuidadores de Idosos de Campinas e Região Metropolitana; Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria.

### **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM**

Cooperativa Santo Expedito; Movimento dos Advogados Independentes de Campinas; Sindicato dos Comerciários de Campinas; União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; Grupo de Mulheres na Periferia; Terreiro Vó Benedita do Congo; Associação dos Moradores do Núcleo Residencial Nossa Senhora Aparecida; Marcha Mundial das Mulheres; Associação das Mulheres de Campinas – AMC; Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região; Sindicato dos Empregados e Agentes Autônomos – SENAC; Associação Moradia e Cidadania; União Brasileira de Mulheres – UBM; Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil – AFABB; SOS Ação Mulher e Família; Marcha Mundial das Mulheres; Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal; Associação dos Funcionários e Servidores de Educação – AFUSE.

### **Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas**

Família Martin Luther King/Família MLK; Reakise Music Art; Ilê Asè Obá Adakedajó Omi Aladó; Terreiro da Vó Benedita do Congo; Liga Campineira de Basquete de Rua; União de Negros Pela Igualdade – Unegro; Instituto Baobá de Cultura e Arte – Ibaô; Associação Atlética Ponte Preta; Afoxé Ilê Ogum; Pastoral Afro – Comunidade São Joaquim e Sant`Ana; Associação de Moradores do Núcleo Residencial Filadélfia; Sindicato dos Trabalhadores No Serviço Público de Campinas – STMC; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água em Serviço de Esgoto de Campinas Atibaia e Região – SINDAE.

### **Conselho Municipal de Entorpecentes**

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; OAB.

### **Conselho Municipal da Juventude**

Centro Acadêmico XXVII de Agosto; Progen – Projeto Gente Nova; Guardinha – Associação de Educação do Homem de Amanhã; ESPRO – Associação de Ensino Social Profissionalizante; Grupo de Jovens Família Divino – Pastoral da Juventude Paróquia São Judas Tadeu; Grupo Primavera; OSCIP Terra das Andorinhas; Grêmio Estudantil E.E. Monsenhor Luis Gonzaga de Moura; Congregação da Faculdade de Educação Unicamp; JSB – Juventude Socialista Brasileira; Batalha do Mingone / Coletivo P2RCA.

### **Conselho Municipal de Assistência Social**

Projeto Gente Nova; SORRI Campinas; Obra Social São João Bosco; Conselho Regional de Psicologia.

### **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Obra Social São João Bosco; APASCAMP – Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas; Ordem dos Advogados do Brasil.

### **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa; Centro de Orientação Familiar; Sindicato Rural de Campinas; Cooperativa de Trabalho Assessoria Técnica E Extensão Rural e Meio Ambiente – Amater; Pastoral da Criança da Arquidiocese de Campinas.

### **Conselho Tutelar**

Os conselheiros tutelares são eleitos a cada quatro anos, sendo escolhidas pessoas físicas e não instituições ou entidades representativas.

### **Conselho Municipal do Orçamento Cidadão**

Os conselheiros do biênio 2021-2022 deste conselho ainda não estão disponíveis, e a composição representativa encontra-se “em desenvolvimento”. Os conselheiros do biênio 2019-2020 são correspondentes a regiões da cidade de Campinas e setores da sociedade como idosos, LGBTs, empreendedores, etc, não sendo citadas instituições ou entidades representativas.

### **Conselho Municipal de Saúde**

Movimento Popular De Saúde; Associação De Pessoas Com Deficiência; Associação De Portadores De Patologias; Movimento Sindical; Conselhos e Associações de Classe; Associações De Docentes Das Universidades.

### **Conselho Municipal de Educação**

APEOESP; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho das Escolas; Sindicato Dos Estabelecimentos De Ensino No Estado De São Paulo; União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial.

### **Conselho das Escolas Municipais de Campinas**

Este conselho é formado por professores, pais de alunos e especialistas em educação, não sendo citadas instituições ou entidades representativas.

### **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB**

Conselho Tutelar de Campinas; Conselho Municipal de Educação.

### **Conselho de Alimentação Escolar de Campinas**

Segmento da Sociedade Civil.

### **Conselho Municipal de Trânsito e Transporte**

Sindtaxi; Sindicamp; Sintescamp; Sinfreca; Sindiviários; Rodoviários; Conselho Municipal Do Idoso; Conselho Municipal Do Deficiente; Representação Estudantil; Associação Comercial E Industrial De Campinas – Acic.

### **Conselho Municipal de Esportes e Lazer**

Sociedade Esportiva.

### **Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Centro Das Indústrias Do Estado De São Paulo – CIESP Campinas; Associação Campinas Startup – ACS/CAMPINASTECH; Sindicato Dos Trabalhadores Em Pesquisa, Ciência E Tecnologia De Campinas E Região – SINTPq.

### **Conselho Municipal de Cultura**

Não constam entidades representativas na composição deste conselho, apenas membros da sociedade artística de Campinas.

### **Conselho Municipal da Ouvidoria Geral**

CIESP.

### **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e do Agronegócio**

Sindicato Rural de Campinas (SRC); Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas; Sociedade Civil.

### **Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas-CONDEPACC**

Não possui conselheiros na atual gestão, sendo disponibilizadas apenas a última gestão (Biênio 2017-2018)

### **Conselho Municipal de Hip Hop**

Este conselho municipal não está em funcionamento.

### **Fundo de Apoio à População de Sub-habitação Urbana-FUNDAP**

Associação Reconvivência; Associação dos Moradores do Núcleo Residencial Jardim Rosália; Associação de Moradores do Residencial Jardim Bassoli; Sociedade Civil; Associação UMECC – União Municipal das Entidades Comunitárias de Campinas; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do ESP/Seção Campinas – CAU; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Adm. Imóveis Residenciais e Comerciais de SP; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ESP-CREA-SP.

### **Conselho Municipal das Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras do Município de Campinas**

Os conselheiros e as formações representativas desse conselho encontram-se “em desenvolvimento”.

### **Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**

Os conselheiros e as formações representativas desse conselho encontram-se “em desenvolvimento”.

### **Conselho Municipal da Cultura de Paz**

Assembleia Espiritual Fé Bahá'ís; Associação da Parada e Apoio LGBT de Campinas; Associação dos Religiosos de Matriz Africana de Campinas; Cultura Esperantista e Ecobrinquedoteca; ECCOS Associação de Educação, Cultura, Cidadania e Solidariedade; Intervenções Urbanas pela Cultura de Paz – Danças Circulares Sagradas; OAB – 3a. Subseção; Terreiro de Umbanda Vó Benedita; UNIPAZ Campinas; URI Campinas.

### **Conselho Municipal de Habitação**

Os conselheiros e as formações representativas desse conselho encontram-se “em desenvolvimento”.

### **Conselho Municipal de Cidadania**

Os conselheiros e as formações representativas desse conselho encontram-se “em desenvolvimento”.

### **Conselho Municipal de Turismo**

AVIESP – Associação das Agências de Viagens Independentes do Interior do Estado de São Paulo; ABAV/SP – Associação Brasileira de Agências de Viagens de São Paulo; ABIH/SP – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de São Paulo; SINHORES – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Campinas; CRC&VB – Campinas e Região Convention & Visitors Bureau; ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas;; ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes da RMC.

### **Conselho Municipal de Segurança Pública**

OAB Campinas; Sindivigilância Campinas; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Associação dos Moradores do Residencial Parque das Flores; Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas; Conselho Comunitário de Polícia.

### **Conselho do Trabalho, Emprego e Renda de Campinas**

Os conselheiros deste conselho encontram-se “em desenvolvimento”.

### **Conselho Municipal de Política Cultural**

Entidades de Pesquisa.

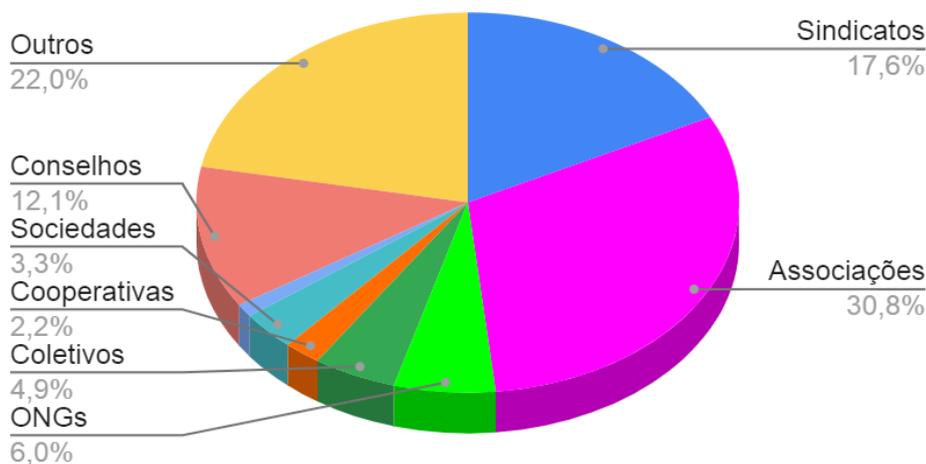


Gráfico ilustrando a composição dos conselhos municipais de Campinas no período analisado.

### 3.2 Entidades representativas mais frequentes

Após este trabalho, foram identificadas as entidades representativas que destacam-se nos conselhos pelo número de cadeiras que ocupam. Percebe-se que entidades profissionais - como a OAB, por exemplo - possuem maior espaço e abertura para integrar os conselhos. A tabela a seguir apresenta as entidades que destacam-se pelo número de cadeiras que ocupam nos conselhos:

Entidade Representativa	Nº de conselhos em que ocupa cadeiras	Categoria
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil	7	Outro (entidade profissional)
Sindicato Rural de Campinas	4	Sindicato
Centro Das Indústrias Do Estado De São Paulo – CIESP	4	Outro
Secovi – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Comerciais e Mistos do Estado de São Paulo	3	Sindicato
AMATER – Cooperativa Trabalho Assessoria Técnica Extensão Rural e Meio Ambiente	3	Cooperativa
Associação Resgate o Cambuí	3	Associação
Conselho regional de psicologia	3	Conselho
Terreiro da Vó Benedita do Congo	3	Outro (entidade religiosa)
SORRI Campinas	2	ONG
Associação Reconvivência	2	Associação

Sinduscon –Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo	2	Sindicato
APROAPA	2	Associação
União de Negros pela Igualdade – UNEGRO	2	Coletivo
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal – STMC	2	Sindicato
Progen – Projeto Gente Nova	2	ONG
SEESP –Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo	2	Sindicato
Obra Social São João Bosco	2	ONG
Associação Comercial e Industrial de Campinas – ACIC	2	Associação

Os resultados obtidos demonstram que associações de proteção aos animais e meio-ambiente, sindicatos patronais - nenhum sindicato de trabalhadores destacou-se entre as entidades mais frequentes - e entidades voltadas à profissões específicas são mais frequentes nos conselhos. Instituições religiosas também sobressaíram-se, religiões de matriz afro-brasileira mobilizam-se por pautas de combate ao racismo, cultura e direito das mulheres, enquanto religiões cristãs voltam-se para o assistencialismo. Este gráfico ilustra a composição dos conselhos em funcionamento como um todo. A categoria “outros” engloba entidades profissionais (OAB, conselho de psicologia), entidades religiosas ou organizações empresariais. É perceptível que as entidades representativas notórias nesta pesquisa possuem algum nível de organização mais complexo, a falta de coletivos com algum nível de informalidade revela a necessidade de estratégias para adentrar os espaços institucionais que são os Conselhos Municipais.

### 3.3 Entrevistas

A entrevista realizada possibilitou o entendimento sobre a atuação dos conselhos e a importância de organização das entidades para adentrar estes espaços.. Como a pesquisa envolve seres humanos, foi necessário submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que emitiu parecer autorizando a realização das pesquisas no prazo além do estimado quando a pesquisa fora pensada. Este fato, aliado à falta de resposta das organizações, impossibilitou que as entrevistas fossem realizadas como esperado. Parti então para o diálogo com membros do conselho, e consegui entrevistar apenas um membro. O entrevistado faz parte do Conselho Municipal de Saúde, através do Movimento Popular de Saúde (MOPS) Segundo o entrevistado, as entidades possuem autonomia, apesar de algumas serem "governistas", ou seja, atuam em prol dos interesses do poder estatal. Uma frase do entrevistado chamou atenção:

"A democracia representativa é frágil, a participativa é ainda mais fragilizada. As entidades precisam entender os limites para atuar nos espaços."

Entende-se, portanto, que o movimento do qual o entrevistado faz parte sente-se incluído no debate e com capacidades para articular-se. Ainda segundo o entrevistado, no Conselho no qual ele atua, o de Saúde, não é sentido nenhum tipo de hierarquia entre as entidades representativas ou alguma tentativa de exclusão do seu movimento, o MOPS, do cenário político.

#### **4. Conclusões**

Os conselhos municipais são espaços fundamentais para a participação da sociedade civil nas decisões sobre políticas públicas. Dada sua importância, são disputados por diferentes setores da sociedade, inclusive dentre as próprias entidades representativas que possuem diversas orientações políticas e projetos de governo. A pesquisa encontrou dificuldades no processo de realização das entrevistas, portanto, os resultados são inconclusivos. Devido a essa dificuldade em avançar como esperado, não observou-se por completo os motivos que levam as entidades a ocuparem os conselhos municipais, nem as dificuldades e limitações que estas encontram nas relações e negociações em conselhos. No entanto, pela forma como estão dispostas as entidades representativas nos conselhos, percebe-se que a participação de entidades populares ou sindicatos de trabalhadores não é expressiva a ponto de ocupar cadeiras em muitos conselhos. As associações lideram, sobretudo as de amparo aos animais e de proteção do meio ambiente. A presença da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) é dispersa nos mais variados segmentos de conselhos municipais. O único coletivo que sobressaiu-se na pesquisa é o UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade) e ocupa cadeiras nos conselhos municipais da Mulher e de Desenvolvimento e participação da comunidade Negra de Campinas.

Pela composição dos conselhos em termos de entidades representativas, pode-se dizer que os atores centrais são aqueles que possuem maior estrutura para atuação, como os citados. Coletivos ou sindicatos de trabalhadores acabam por ocupar posições de atores periféricos, enquanto OAB, sindicatos patronais e associações, sobretudo de proteção ambiental e de animais, ocupam a centralidade. As entidades centrais são as que possuem maior facilidade de alcançar o cenário político dos conselhos e seus recursos, ao passo que as periféricas, não (Lavalle, Castello e Bichir, 2008).

Nota-se, portanto, que as entidades representativas possuem limitações em sua atuação nos conselhos municipais de Campinas, ainda que possam ocupar espaços e articular-se para reivindicar suas pautas e demandas específicas. Entidades com maior organização burocrática possuem maior possibilidade de articulação para adentrar os conselhos municipais na cidade, isto revela que organizações populares (como coletivos, por exemplo) não encontram a mesma facilidade.

Pela dificuldade encontrada na realização das entrevistas, a pesquisa acabou por tornar-se um mapeamento das entidades que compõem os conselhos municipais de Campinas no período entre 2020 e 2021. Este mapeamento foi possível graças ao trabalho de levantamento dos dados dos conselhos e sua composição, baseado nos bancos de dados da prefeitura e levantamento bibliográfico.

#### **Bibliografia**

Almeida, Carla; Tatagiba, Luciana. 2012. Os conselhos gestores sobre o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 68-92.

Gurza Lavalle, Adrian; Castello, Graziela; Mirandola Bichir, Renata. 2008. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 23, n. 68, p. 73-95.

Romão, Wagner. 2015. Reflexões sobre as dificuldades da implementação da participação institucional no Brasil. *Ideias*, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 35-58.

Gurza Lavalle, Adrian; Barone, Leonardo. 2015. Conselhos, associações e desigualdade. In: Arretche, M. (org.) *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp; CEM, p. 51-76.

Bezerra, Carla; Rodrigues, Maira; Romão, Wagner. 2021. Instituições participativas no governo Bolsonaro: impactos do Decreto 9.759/2019 sobre os conselhos de direitos humanos. (Livro AT Participação Política ABCP, no prelo).

Cortes, Soraya. 2005. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 143-174.

Pires, Roberto; Gomide, Alexandre. 2016. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 24, n. 58, p. 121-143.

Moreira da Silva, Eduardo; Andrade Ribeiro, Antonio Carlos. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. *Opinião Pública*, vol. 22, núm. 1, abril, 2016, pp. 167-194 Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Brasil

## **Agradecimentos**

Agradeço ao orientador, Wagner Romão, por compartilhar conosco seus conhecimentos. Às colegas de pesquisa, Gabi e Janáina, por toda escuta e ajuda. E ao Waldir, por estar ao meu lado e sempre acreditar em mim.